



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS NO
ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL**

**Rocheliel Paulino Albuquerque, Eric Charles Henri Dorion, Luciana Flores Battistella,
Mariluce Paes De Souza, Jean Marcos Da Silva**

[ARTIGO] GT 12 Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA-AMAZÔNIA-BRASIL

RESUMO

As políticas públicas são tratadas na literatura como os meios pelos quais torna-se possível solucionar problemas presentes na sociedade. É inegável que as soluções precisam embasar-se em problemas reais da vida real dos indivíduos dessa sociedade, num contexto local, sob pena de a política tornar-se inócua. Nesta pesquisa constatou-se que nem sempre os *policy makers* atuam com esta visão prática. O estudo teve como objetivo identificar os efeitos das políticas públicas-PP para os agroextrativistas no Estado de Rondônia-Amazônia. A pesquisa foi conduzida por uma análise de conteúdo, com abordagem qualitativa e entrevistas semidirigidas. Conclui-se que a tendência dos entrevistados é conceituarem PP como ajuda do governo em termos de transferência de renda, isto é, em termos de políticas redistributivas. Diante desses resultados, propõe-se um conjunto de ações visando melhorias nas condições educativas dos agroextrativistas, incentivando-os a acessar as PP, bem como a receber informações mais claras para terem condições de se beneficiar das políticas existentes; de contribuir para melhorias na formulação de políticas; e de negociar, participando do processo de consenso e dissenso inerente à arena política.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Produtos Florestais não-Madeiráveis-PFNM. Produtores Agroextrativistas. Rondônia. Amazônia. Brasil.

ABSTRACT

Public policies are dealt in the literature as the means by which it becomes possible to solve actual problems in society. Such “public solutions” need to be based on definite problems from each individual’s real life from its local context; otherwise, any public policy will become innocuous. This research shows that policy makers do not always act with such practical vision. The study aimed to identify the effects of public policies on “agro-extractivist producers” from the State of Rondônia, in the Brazilian Amazonian region. This qualitative research was conducted by using content analysis, and semi-structured interviews. In terms of redistributive policies, the respondents’ tendency is to conceptualize public policies as government aid in terms of income transfer. In view of these results, a set of actions is proposed to improve the educational conditions of the agroextractivist producers, by encouraging them to access public policies, as well as to receive clearer information in order to be able to benefit from the existing policies, to contribute to policy formulation improvements; to negotiate and to participate in the dynamic process of policy making inherent to the political arena.

Keywords: Public Policies. Non-Timber Forest Products - NTFP. Agroextractivist producers. Rondônia. The Amazon. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

As dubiedades em torno do significado do termo ‘políticas públicas’ têm causado confusão sobre a que, de fato, a terminologia se refere e quais seus efeitos na vida das pessoas. O termo é evocado em diferente contexto por grupos de interesses diversos. Em uma pesquisa rápida no Google apareceram 189 mi resultados (em fev. de 2023) demonstrando que há muitas publicações na rede mundial de computadores envolvendo políticas públicas. Se a pesquisa for realizada com o termo em inglês ‘*public policies*’, chega-se ao expressivo número de 1.9 bi (em fev. de 2023). Embora a pesquisa realizada não tenha ocorrido em plataformas de pesquisas acadêmicas, tais como *Scopus* ou *Web of Science*, o exercício serve para constatar a discrepância de resultados comparando-se o cenário nacional com o internacional. E ainda assim, há confusão sobre o que são políticas públicas.

A literatura conceitua as políticas públicas como “[...] programas constitucionais que incumbe ao agente público implementar, de maneira estilisticamente nuançada, mas sem retrocessos, sob pena de omissão específica lesiva” (FREITAS, 2017, p. 146). Fonseca e Filho (2019) descrevem que as políticas públicas se efetivam quando o poder estatal tem como objetivo encontrar o bem-estar da sociedade. Conforme Veigas *et al.* (2020) apontam, as políticas públicas são leis, decretos, normas, regras e programas que encontram uma forma de se manifestar em prol de solucionar ou minimizar problemas públicos da sociedade. Segundo os autores, é a incumbência do Estado de gerenciar os serviços públicos e entidades privadas para o cumprimento dos direitos das pessoas tais como: à liberdade, à igualdade, à saúde, à habitação, à segurança, à previdência, à educação como direitos reais, legitimando a sociedade, pois são direitos essenciais para o convívio das pessoas (VEIGAS *et al.*, 2020; BOBBIO, 1992; MELLO, 2020).

Sobre o direito ao clima, as leis brasileiras asseguram que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondo-se ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações” (BRASIL, 1988, art. 225). Logo, é dever do governo e de toda a sociedade manter e zelar pela preservação e recuperação ambiental.

As muitas demandas por direitos dos diferentes indivíduos demandam políticas públicas também diferentes. Os pequenos agricultores, por exemplo, interagem constantemente com as políticas ambientais, cujo objetivo é garantir à sociedade o direito ao clima ecologicamente equilibrado. Com o passar do tempo, os movimentos ambientais mundiais e as mudanças climáticas ganharam visibilidade, levando os formuladores de políticas públicas a

criarem as chamadas Reservas Extrativistas – RESEX, em que, conforme Allegretti (1996) o objetivo é promover os recursos naturais de forma sustentável e conservar o meio ambiente, preservando a biodiversidade da floresta em todo o território da Amazônia (ALLEGRETTI, 1996; RODRIGUES *et al.* 2020).

Os direitos elencados desdobram-se em inúmeras políticas, como as destinadas ao apoio aos pequenos agricultores, política de fomento, política de energia, industrial, transporte entre várias outras e que não se constituem como direitos sociais. Essas políticas são vistas como políticas de desenvolvimento e suas principais funções são promover o bem-estar, a harmonia e elevação da qualidade de vida das pessoas, conforme apontam Mauro *et al.* (2018).

Neste contexto, foram criadas políticas brasileiras específicas aos produtores agroextrativistas, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPMBio), a Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e políticas públicas relacionadas às vivências dos agroextrativistas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, a CONAB/MAPA – Companhia Nacional de Abastecimento – Apoio a formação de estoque pela agricultura familiar, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER. Todas essas políticas são importantes para assegurar a plenitude dessas áreas e das famílias que nela vivem de forma protegida, conforme apontam Silva-Jean *et al.* (2022).

Nos estudos de De Beer e McDermont (1989), Pawlowski *et al.* (2021), Silva-Jean *et al.* (2022; 2017), Barbosa *et al.* (2020), Paes-de-Souza *et al.* (2011), Souza Filho *et al.* (2011) e Pedrozo *et al.* (2011) os Produtos Florestais Não-Madeiráveis – PFNMs são recursos biológicos, tais como: cipó, raízes, frutos, folhas, entre outros extraídos das florestas nativas, exceto as madeiras. Shackleton e Pandey (2014), por sua vez, demonstram que a coleta dos PFNMs é bastante importante, principalmente na vida dos agroextrativistas que, em diversas regiões, coletam para seu sustento econômico e cultural.

De acordo com Brites e Morsello (2016), Elias e Santos (2016), Martinot *et al.* (2017), o aumento da procura pelos PFNMs pode ser um caminho ao desenvolvimento econômico, podendo apoiar a inserção social produtiva dos agroextrativistas com a preservação de forma natural da floresta (GIATTI, 2021).

Sobre essa busca por um desenvolvimento para o Brasil com respeito aos recursos naturais, a Amazônia é uma região de forte potencial diante do mercado da biodiversidade e o Estado de Rondônia conta com uma grande área de recursos biológicos, de PFNMs. Em suas diferentes composições, há na região diversas gamas de espécies: animais, plantas, frutas, bem como a própria fauna silvestre.

Em geral, em relação aos produtos de origem florestal, os produtos madeireiros têm maior rendimento econômico para o país, contudo os demais produtos, os PFNMs. Entretanto, embora com menor rendimento, são “[...] fundamentais para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista (SILVA-JEAN *et al.*, 2022). Conforme Fiedler, Soares e Silva (2008) e Bento *et al.* (2020) nos últimos dez anos ocorreu um grande interesse pelos PFNMs, por se compreender que a economia das florestas naturais pode ser fonte de renda significativa aos agroextrativistas e um incentivo à preservação das florestas.

Os PFNMs são produtos importantes na vida dos agroextrativistas, pois é através deles que muitas famílias obtêm renda. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi identificar efeitos das políticas públicas para os agroextrativistas no Estado de Rondônia-Amazônia-Brasil. Compreender a importância das políticas públicas na vida dos agroextrativistas tem uma relevância bastante significativa, por contribuir para o fortalecimento da economia dos produtos retirados das florestas. Ainda, estudar tais políticas reforça a necessidade de conservação da floresta, contribuindo para propor melhores condições de vida para os agroextrativistas e seus familiares.

Este artigo está estruturado, além desta introdução, em um referencial teórico em que se buscou sedimentar o conceito de políticas públicas para PFNMs. Na sequência descreveu-se a maneira como a pesquisa de campo foi conduzida e, após, apresentou-se os resultados, discutindo-os com a teoria. Por fim, realizou-se algumas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A definição de Política é abordada na literatura por um de seus precursores, o cientista político Poulantzas (1968). A política na visão deste autor está relacionada às questões de Estado e classes sociais, conforme apontado em Marx (1982) e Aveni (2021). Enquanto o Estado é materializado nas superestruturas jurídico-políticas (espaço onde ocorrem as lutas políticas de classes), a política é consequência dessa forma de estruturação. A seguir definiu-se políticas públicas para produtos florestais não madeiráveis-PFNMs.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Gomes e Ferreira (2018), o conceito de políticas públicas se refere a programas que têm a realização de seu objetivo, com grau de importância significativa, como foco principal. Em uma última análise, as políticas públicas são objetivas de modo coletivo responsável, ou seja, é uma problemática de direito público.

Para Freitas (2016, p.198), as políticas públicas “são programas constitucionais que incumbe ao agente público implementar, de maneira estilisticamente nuançada, mas sem retrocessos, sob pena de omissão específica lesiva”. Fonseca e Filho (2019) descrevem que as políticas públicas se efetivam quando o poder estatal tem como objetivo encontrar o bem-estar da sociedade, levando, de fato, ações para serem resolvidas, de forma eficiente e eficaz.

Veigas *et al.* (2020) aponta que as políticas públicas são o começo, no qual o agente público, que está por trás das leis, decretos, normas, regras e programas, encontra uma forma de se manifestar em prol de solucionar ou minimizar problemas públicos da sociedade.

Os direitos fundamentais baseiam-se em liberdade, já os direitos sociais têm como base os poderes de Estado impondo obrigações favoráveis (CORREA JÚNIOR, *et al.* 2022). A incumbência do Estado de gerenciar os serviços públicos e entidades privadas para o cumprimento dos direitos das pessoas tais como: à liberdade, à igualdade, à saúde, à habitação, à segurança, à previdência, à educação são direitos reais, legitimando a sociedade, pois são direitos essenciais para o convívio das pessoas (BOBBIO, 1992; SOUZA, MORAES, 2019).

Vale ressaltar que existem inúmeras outras políticas, como políticas de apoio aos pequenos agricultores, política de fomento, política de energia, industrial, transporte entre vários outras que não se constituem como direitos sociais. Essas políticas são vistas como políticas de desenvolvimento e sua principal função são: levar o bem-estar, a harmonia e elevar a qualidade de vida das pessoas, conforme apontam Aguiar *et al.* (2019).

Atualmente, as políticas têm, como precursora, a ação de governo – *government by policies*, que desenvolve e melhora tais políticas junto à sociedade, buscando resolver problemas existentes da população. Poulantzas (1972) e Camargo (2018) começam a desenvolver suas ideias a partir do materialismo histórico e materialismo dialético. Basicamente, o autor reforça que são disciplinas unidas, porém distintas. De acordo com Poulantzas (1972), o materialismo histórico se traduz na prática histórica, enquanto o dialético trata-se do processo de pensamento, sendo a teoria da ciência.

Marx (1965) analisa a sociedade perante as classes sociais, a relação entre o indivíduo e a sociedade e delimita a classe social em que ela está posicionada. Para Marx (1965), a sociedade está dividida em duas classes: Burguesia e Proletário. Marx (1965) chama a classe Burguesia conhecida como Superestrutura/Classe dominante. Essa classe, para o autor, propagaria a ideologia principal que seria assumida pela estrutura/classe dominada, ou seja, pelo proletário. O pensador afirma que a ideologia da classe dominante que circula na sociedade é falsa e que se institui de cima para baixo. De acordo com Marx (1965) o a burguesia exerce a sua superestrutura de poder a partir do Estado e por meio da política.

Easton (1981) é um dos autores mais representativos na definição e análise de políticas públicas. Em um de seus trabalhos mais relevantes, assim como Poulantzas, o autor aborda questões específicas do Estado como um elemento crucial no processo da prática política. Easton (1981) trata da ideia de Estado de uma perspectiva marxista. Enquanto Poulantzas (1972) vislumbra o Estado enquanto local que ocorre a prática política. Easton (1981) foca na concepção de Estado para fins de análise das políticas públicas.

Easton (1981) expõe que a definição de Estado é bastante complexa. Ele chega a referir-se ao termo como um ‘mistério indecifrável’, o autor aponta que é possível até apresentar muitas características do termo: como se origina, as formas que assume, a natureza de suas partes constituintes, as funções que supostamente devem servir e as consequências (políticas e resultados) às quais pode dar origem. No entanto, ainda não foi possível definir com exatidão este conceito.

Schmidt (2018) aborda que a política pública é o conjunto de deliberações e atos que foram postos por instituições públicas e com apoio dos cidadãos, com o mesmo propósito, para juntos solucionarem problemas no dia a dia da sociedade. Schmidt (2018) declara que as políticas públicas são programas do governo, tendo seu papel se coordenar através do Estado junto às entidades privadas, a realizar ações, cujo objetivo é social e importante para a sociedade.

Para Mastrodi e Ifangir (2019), a definição de políticas públicas é compreendida de forma funcional: é preciso que funcione, que passe por muitas transformações, mas que seja alcançada no seu propósito final. Para Lima e D’Ascenzi (2018), a definição de política pública é o campo de saberes que buscam, de modo simultâneo “colocar o governo em ação ou analisar sua ação” (SOUZA, 2006; RIBEIRO e MACEDO, 2018).

O Estado é um produto e está intimamente envolvido na sociedade. Conforme Easton (1981, p. 308):

Tudo está claro então. O estado não é sua estrutura empírica, nem um instrumento nas mãos de nenhuma classe. Também não é um “Sujeito” ou ator que pode controlar as várias classes independentemente de todas elas. Nem é uma entidade acima e à parte do resto da sociedade, de alguma forma pairando sobre ela e regulando-a.

Desta definição, percebe-se que o Estado não pertence a uma classe em particular, mas a uma sociedade que, coincidentemente, está dividida em classes. Contudo, mesmo que não seja o propósito, acaba por atender às classes dominantes. Isto ocorre, porque a sociedade dividida em classes obriga o Estado a servir aos interesses dos dominantes, por mais que se procure mascarar essa realidade em função das lutas de classes. O Estado é quem condensa esses conflitos de classes, por meio da prática política, isto é, das políticas públicas.

Na concepção de Dye (1984), o termo ‘Políticas Públicas’ traduz o somatório das ações do governo e age diretamente ou não na vida de toda a população. É o que o governo faz para minimizar ou solucionar os conflitos da sociedade. Para Dye (1984) política pública é elaborada em conjunto com vários entes federativos, entre eles: o Estado, a sociedade, a esfera federal, estadual e municipal, envolvendo vários departamentos (DYE, 1984). Tais políticas podem ser elaboradas em parceria com a iniciativa privada, como se verifica recentemente (DYE, 1984). A política é formada por quatro componentes principais: dependem da envoltura do governo, da identificação do problema, da definição do objetivo do problema e do aspecto do processo de ação (DYE, 1984).

Para Laswell (1936), a tentativa de definir política tinha como intuito: agregar conhecimento científico/acadêmico às experiências dos governos e manter um diálogo entre governo, cientistas e comunidade interessada (ARAÚJO *et al.*, 2021)

Para Teles e Lima (2019), as políticas públicas são um conjunto de atuações e decisões do governo, direcionadas para a solução ou não de dificuldades da sociedade, por isso, várias concepções são expostas por Souza (2006) e Lynn (1980) que definem como um grupo de ações do governo cria efeitos específicos. Para Peters (1986) política é a somatória das ações do governo procedendo diretamente ou através de representação induzindo o dia a dia da sociedade.

Alguns pesquisadores estão estudando como essas políticas públicas estão induzindo o cotidiano de comunidades agroextrativistas na Amazônia sob a perspectiva da sustentabilidade de produtos florestais não-madeiráveis (Ver PAES-DE-SOUZA *et al.* 2011; SILVA-JEAN *et al.*, 2022; BARBOSA *et al.* (2020), SOUZA FILHO *et al.* (2011) e PEDROZO *et al.* (2011)).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIRÁVEIS – PFNMs

A discussão sobre sustentabilidade pode ser entendida a partir daquilo que Elkington (2006) denomina de Três Grandes Ondas da Sustentabilidade. O autor apresenta em seu estudo que a primeira onda tem início na década de 1960, com a fundação da Anistia Internacional e conquista o seu pico em 1970 com a celebração do Dia da Terra e a fundação do *Greenpeace*. A primeira onda foi caracterizada por um amadorismo na gestão da agenda ambiental. A segunda onda, denominada onda ‘Verde’, se inicia em 1984 com o Desastre de Bhopal, na Índia. Por fim, a terceira onda, intitulada ‘Onda da Globalização’, tem o seu pico em 1997, com o Protocolo de Kyoto e é caracterizada por uma responsabilidade social empresarial mais madura do ponto de vista das ações das empresas.

Para Elkington (2006) e Zulpo *et al.* (2020) em sua concepção de sustentabilidade em

três dimensões – social, econômica e ambiental, pensou o desenvolvimento sustentável como gerador de valor nesses três aspectos primordiais. Esta concepção envolve questões éticas, direitos humanos, corrupção e mudanças climáticas. As pesquisas de Paes de Souza et al. (2011) buscam discutir as atividades agroextrativistas a partir dessas 3 dimensões.

A criação das reservas extrativistas representou um considerável amparo às atividades dos extrativistas, dando a possibilidade da população de controlar as suas terras e de conservar as suas práticas. Outras políticas importantes foram criadas, tais como: Política de garantia de preços mínimos (PGPMBio), Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) CONAB/MAPA – Companhia Nacional de abastecimento – Apoio a formação de estoque pela agricultura familiar, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER INCRA/ MDA e o Instituto Chico Mendes. Todas essas políticas são importantes para assegurar a plenitude dessas áreas e das famílias que nela vivem de forma protegida.

Os autores De Beer e McDemont (1989) afirmam que os PFNMs são recursos biológicos, tais como: cipó, raízes, frutos, folhas, entre outros extraídos das florestas nativas, exceto as madeiras. Shackleton e Pandey (2014), por sua vez, demonstra que a coleta dos PFNMs é bastante importante, principalmente na vida dos agroextrativistas que, em diversas regiões, coletam para seu sustento econômico e cultural. De acordo com Brites e Morsello (2016), Elias e Santos (2016), Martinot *et al.* (2017), o aumento da procura pelos PFNMs apresenta um caminho ao desenvolvimento econômico, podendo apoiar a inserção social produtiva dos agroextrativistas com a preservação de forma natural da floresta (GIATTI, 2021).

Conforme Elias e Santos (2016) os produtos florestais não madeireiros se constituem como um meio de subsistência para muitas comunidades e, além disso, fazem parte de uma prática ancestral, não somente de geração de renda, mas de aspectos culturais da própria comunidade, sendo, ainda, elementos significativos para a economia rural e regional. De tal modo, o manejo sustentável destes recursos gera benefícios para a população local, além de promover a conservação dos ecossistemas florestais, o que vem levando a um interesse comercial para o mercado global devido aos seus objetivos socioeconômicos e ambientais.

Santos *et al.* (2003) apontam que os maiores desafios na produção dos PFNMs, no Brasil, são a correta quantificação e a projeção de valor dos produtos não madeireiros, levando a transformação desses produtos para alternativas de mercados, sociais e ecológicas e outras formas de desenvolvimento. Por fim, Silva-Jean (2022) destaca que os PFNMs ainda não apresentam valores expressivos na economia em termos de produção agregada.

3. MÉTODO

O estudo parte de uma abordagem qualitativa e foco exploratório-descritivo. De acordo com Creswell (2010), um dos atributos da pesquisa qualitativa é a coleta de dados visto que se vai a campo e se pode vivenciar de perto o problema de pesquisa.

Quanto ao foco exploratório-descritivo, utilizado nesta pesquisa, Gil (2008) afirma que essa abordagem é aplicada em assuntos ainda pouco explorados e, mesmo que haja pouco conteúdo a respeito da temática, faz-se necessário conhecer esse material, a fim de elucidar a compreensão. O autor ainda relata que, na pesquisa descritiva, se faz a definição das características da população, da região e do fenômeno. Logo, na pesquisa descritiva é possível fazer cruzamento dos dados a fim de se obter outras informações sobre o tema e proporcionar um novo entendimento sobre a temática estudada.

A articulação dos dois conceitos anteriores tem por intuito responder os objetivos desta pesquisa. Nesse sentido, busca-se retratar as políticas públicas brasileiras de apoio aos agroextrativistas, partindo da conceitualização do princípio de políticas públicas até sua execução, com o objetivo de verificar se os agroextrativistas, do Estado de Rondônia, estão sendo assistidos por essas políticas.

Os métodos e as abordagens de pesquisa são apontados em Flick (2009) como complementares, na medida em que o pesquisador pode escolher utilizar mais de um ao mesmo tempo. Seguindo esta orientação, no planejamento desta pesquisa, optou-se pelo estudo bibliográfico, documental e pelo estudo de campo.

Em relação à técnica de análise dos dados, foi aplicada a análise de conteúdo que, conforme Flick (2009) refere-se a uma técnica que possibilita a interpretação de textos. No tocante aos materiais analisados, foram utilizados documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e entrevistas de campo. Ambos os recursos foram explorados por meio de categorias, seguindo orientação de Bardin (2010).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE ESTUDO

A presente pesquisa abrange reservas extrativistas de Nova Califórnia, que pertence à Microrregião Porto Velho e à Mesorregião Madeira-Guaporé. O distrito de Nova Califórnia situa-se na porção extremo-oeste do Estado de Rondônia, seu núcleo urbano está localizado a 353 km da cidade de Porto Velho.

A região de Nova Califórnia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população, no ano de 2010, era de 3.631 habitantes, sendo 1.876 homens

e 1.755 mulheres e nos produtos florestais não madeiráveis a principal fonte de renda. Trata-se de uma região que apresenta um vasto território de florestas nativas no estado em função do número de reservas extrativistas da região, fato determinante para a escolha de Nova Califórnia como os lócus do estudo.

3.2 COLETA DE DADOS E ENTREVISTAS SEMI DIRIGIDAS

Para iniciar a pesquisa, foram feitos levantamentos de dados primários, com aplicação de questionários específicos para a região, bem como entrevistas individuais para todos os extrativistas, a fim de se obter informações qualitativas. As pesquisas ocorreram na região de Nova Califórnia durante o mês de agosto de 2021.

Para a análise dos dados levantados em campo, foi utilizada a metodologia do Bardin (2010) que visa realizar uma análise de forma significativa, a partir dos procedimentos sistemáticos do conteúdo e descrição das mensagens, pelo do pesquisador, compreendendo todo material, tendo sempre uma visão atenta e ampla de cada significado da mensagem.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram do estudo, 19 agroextrativistas que tem suas faixas etárias entre 25 e 79 anos. Quanto à sua escolaridade apenas 2 pessoas possuem o ensino superior, o restante possui ensino médio e fundamental. Quanto à ocupação, todos são agroextrativistas e a fonte de renda é de produtos retirados da floresta.

Tabela 1 - Sujeitos da pesquisa

Características sociodemográficas			
Entrevistados	Masculino	10	Taxa específica 52,63%
	Feminino	9	Taxa específica 47,36 %
	Total	19	Taxa específica 100 %
Entrevistados por faixa etária	18- 24 anos	0	Taxa específica 0 %
	25-34 anos	5	Taxa específica 26,31 %
	35 – 44 anos	5	Taxa específica 26,31 %
	45 anos acima	9	Taxa específica 47,36 %
Entrevistados por escolaridade	Faixa 1	12	Fundamental incompleto 63,15%
	Faixa 1	03	Médio Completo 15,78%
	Faixa 1	01	Médio incompleto 5,26%
	Faixa 3	03	Ensino superior/técnico 15,78 %
Nomes fictícios	Mulheres: Helena, Maria Júlia, Laura, Ana Clara, Ivone, Laura, Maria, Miranda, Paulinha. Homens: Edson, João de Souza, Pedro da Silva, Matheus, Altemir, João da Silva, Machado, Silvano, Pedro de Oliveira, Gercino.		

Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que, pela tabela 1, que há uma distribuição uniforme entre homens e mulheres entrevistados, permitindo, assim, uma coleta de dados representativa de ambos os

sexos (52,63% homens e 47,36% mulheres). Além disto, percebe-se uma faixa etária acima dos 24 anos, sinalizando entrevistados com idades mais avançadas. Nota-se que 47,36% possuem mais de 45 anos.

Por fim, uma análise da escolaridade indica que mais da metade dos entrevistados não possuem o ensino fundamental completo, 63,15%. Ao longo desta pesquisa foram feitas algumas análises observando essas caracterizações.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

O método de análise do conteúdo tem como norte o trabalho de Bardin (2010). Essa análise é composta por determinadas fases para a sua realização: 1) organização da análise, 2) codificação, 3) categorização, 4) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

A definição das categorias é um procedimento fundamental para a análise de conteúdo, por permitir a conexão dos objetivos da pesquisa com os dados verificados no campo ou nos documentos interpretados. Esta definição de categorias necessita ser realizada, a partir de inferências teóricas do autor.

Foram criadas unidades de análise no software IRAMUTEQ. Para efeitos desta análise foi utilizada a seguinte categorização, conforme Quadro 1.

Quadro 1: definição constitutiva e aplicada das variáveis

Termo	Variável	Definição Constitutiva	Definição Aplicada	Indicador
Dimensões de políticas públicas	Social	Refere-se à busca da homogeneidade social; acesso equitativo aos recursos e serviços sociais. Visando o pleno emprego e/ou autoemprego (SACHS, 1992).	Bem-estar da população, visando a diminuição da pobreza.	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos Pesquisa Bibliográfica
	Econômica	Desenvolvimento econômico atendo o equilíbrio, utilizando materiais modernos. Busca da capacidade se inserção no aparato produtivo; da inserção na economia mundial e na pesquisa científica e tecnológica (SACHS, 1992).	Ações do governo visando atingir a boa situação econômica.	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos Pesquisa Bibliográfica
	Ambiental	Relaciona-se ao ecológico, ao respeito dos ecossistemas naturais estimulando a capacidade autodepuração. É a preservação do capital natural, limitando o uso dos recursos não renováveis (HARDIN, 1968; OSTRON, 1970; SACHS, 2002).	Tem como intuito a conservação do meio ambiente.	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos Pesquisa Bibliográfica
	Cultural	Respeito a tradição e a inovação. Presença de endogeneidade, contrapondo-se a simples replicação de estrangeiros. Desenvolvimento da	É onde cada cidadão tem sua origem e sua	Dados do IBGE, Entrevista semidirigida Artigos

		autoconfiança sem perder de vista a abertura para o mundo (SACHS, 2002).	cultura com respeito a todos.	Pesquisa Bibliogr
Tipologias de políticas públicas	Distributiva	Apresenta uma abordagem clientelista, assistencialista e patrimonialista. Com uma atuação individual, centrada no sujeito, privilegia alguns grupos sociais ou regiões, em detrimento de outros (LOWI, 1972).	distribuir certos serviços, bens ou quantias apenas a uma parcela da população.	Entrevista semidirigida Artigos
	Regulatória	Estas políticas são mais perceptíveis à sociedade e estão atreladas à burocracia (LOWI, 1972).	São bastante conhecidas, pois tomam a forma de leis e exigem comando e controle, com função alocativa. Ex. Educação, LDB.	Entrevista semidirigida Artigos
	Constitutiva	Atrelada a procedimentos, relacionam-se às normas sobre a quais demais políticas públicas poderão ser formatadas (LOWI, 1972).	Que dizem como, por quem e quando as políticas públicas podem ser criadas. Tem caráter administrativo.	Entrevista semidirigida Artigos
	Redistributiva	Tem uma natureza de justiça social, retirando benefícios de um grupo para conceder a outros grupos. São políticas sociais universais, como por exemplo o sistema previdenciário (LOWI, 1972).	distribuir certos serviços, bens ou quantias apenas a uma parcela da população.	Entrevista semidirigida Artigos
Sistema político	Federal	Tem como fundamento e foco grandes projetos visando toda a população, por exemplo: infraestrutura em rodovias federais. (BRASIL, 1988)	Relações comerciais, políticas, fiscais, reforma agrária no âmbito da União.	Lei
	Estadual	Tem como foco o bem-estar da população do Estado (BRASIL, 1988)	Políticas Públicas para moradia. Ocorre no âmbito das unidades da federação.	Lei
	Municipal	Sua natureza é a o bem-estar e a qualidade de vida da população (BRASIL, 1988)	Acontecem a nível dos municípios. Envolve aspectos como o saneamento básico.	Lei

Fonte: elaboração do autor.

No quadro 1 são apresentadas as categorias gerais e as subcategorias definidas, levando-se em consideração as teorias abordadas nesta pesquisa. Deste modo, os dados coletados, nas entrevistas semidirigidas e na pesquisa documental, foram interpretados, a partir destas categorias. Os seguintes resultados, conforme seção a seguir, foram encontrados a partir desta categorização.

4. RESULTADOS

As políticas públicas voltadas aos produtos florestais não madeiráveis emergem para melhorar ou tentar minimizar o problema das comunidades de forma geral. Contudo, sabe-se que as pessoas que vivem no campo, tem uma dificuldade maior na hora do repasse das políticas. O governo precisa auxiliar de forma conjunta para facilitar a melhoria das condições de vida dos agroextrativistas, já que muitos dos produtores não conhecem sequer o que é uma política pública, como será observado nesta seção de Resultados e Discussões. Vale dizer que, além dos níveis federal, estadual e municipal, também tem-se as políticas públicas: distributivas, regulatória e redistributiva e institucional.

No quadro 2 elencou-se as políticas públicas que emergiram da análise dos dados.

Quadro 01: Análise de políticas

Análise de Políticas				
Políticas Públicas	Dados de Campo	Dimensão da Política	Tipologia da Política	Sistema da Política
PRONAF	“Conheço o Pronaf e PAA, mas não faço uso de nenhum deles pois é pequena minha plantação hoje” (Helena).	Social	Regulatória	Federal
PAA	“Conheço o PAA e o Pronaf faço uso dos programas” (Maria Júlia).			
	“Conheço a política do Pronaf e PAA, porém nossos produtos são repassados para o reca são eles que depois repassar para o governo” (Laura).	Social Econômica	Distributiva	Federal
PGPMBIO	“As políticas públicas que conheço: o Pronaf, PGMPBIO e PAA” (Maria Júlia).	Econômica	Distributiva	Federal
PNAE	“políticas públicas disponíveis como os projetos de PAA, PNAE, créditos rurais” (Gercino)	Social	Redistributiva	Federal
PPCDAm	“Fazendo a retirada de forma errada pode faltar produto e com isso pode aumentar o preço dos produtos” (Ana Clara).	Ambiental	Regulatória	Federal

Fonte: dados da pesquisa.

Na coleta de dados foram identificadas as políticas públicas mais citadas pelos agroextrativistas, são elas: PRONAF, PAA, PGMP-Bio, PNAE e PPCDAm como exposto no quadro 02, onde todos os entrevistados fazem uso. Referente às demais políticas públicas de acesso aos PFNMs, observou-se que demais políticas não apareceram nos dados coletados.

As pessoas afetadas pelas políticas públicas têm reações e expectativas de melhora no seu dia a dia, pois é através desse auxílio das entidades governamentais que toda a população espera minimizar seus problemas do cotidiano. Contudo, há vários tipos de políticas, entre elas: de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF,

como dito anteriormente, alguns dos entrevistados fizeram e ainda fazem uso dessa política, haja vista a sua importância para o desenvolvimento na sua produção.

De acordo com o entrevistado João da Silva foram poucas as vezes que atores governamentais, tais como Emater, IDARON e Incra estiveram presentes na comunidade onde reside. ‘O INCRA já veio aqui, para falar sobre demarcação de terras, mas faz bastante tempo’ (Matheus), afirma outro entrevistado. Se os órgãos citados tivessem mais presentes e auxiliassem os agroextrativistas, através de palestras que fornecessem informações necessárias para um bom entendimento sobre políticas públicas, seria possível que boa parte das famílias que dependem da floresta e do governo, pudessem ter uma qualidade de vida menos precária, pois saberiam como ter e onde buscar as políticas públicas.

Por falta do auxílio do governo muitos dos agroextrativistas estão se sentindo estimulados a deixarem a prática de manter a floresta em pé, a preservação da natureza e mudando para produtores agropecuários, pois ‘[...] tem tanta dificuldade para ser um agroextrativista que às vezes desanima’ (Benta). Sendo o meio de trabalho mais tranquilo de se trabalhar.

Apesar das dificuldades recorrentes dos agroextrativistas, desde a plantação dos seus produtos até a hora da extração, eles conseguem fazer uso das políticas públicas disponibilizadas, mesmo sendo poucos os produtores que adotam as políticas públicas, o que já ajuda no desenvolvimento e na diminuição dos problemas presentes na vida da comunidade.

Notou-se que mesmo não conhecendo as leis e as políticas públicas, os agroextrativistas mostraram-se interessados em conhecer sobre o assunto para poder participar ainda mais dos programas de ajuda. Vale frisar que mesmo sabendo pouco dos programas de ação do governo, uns ajudam os outros fazendo com que todos tenham uma boa qualidade de vida ou até mesmo tentando minimizar problemas existentes na comunidade.

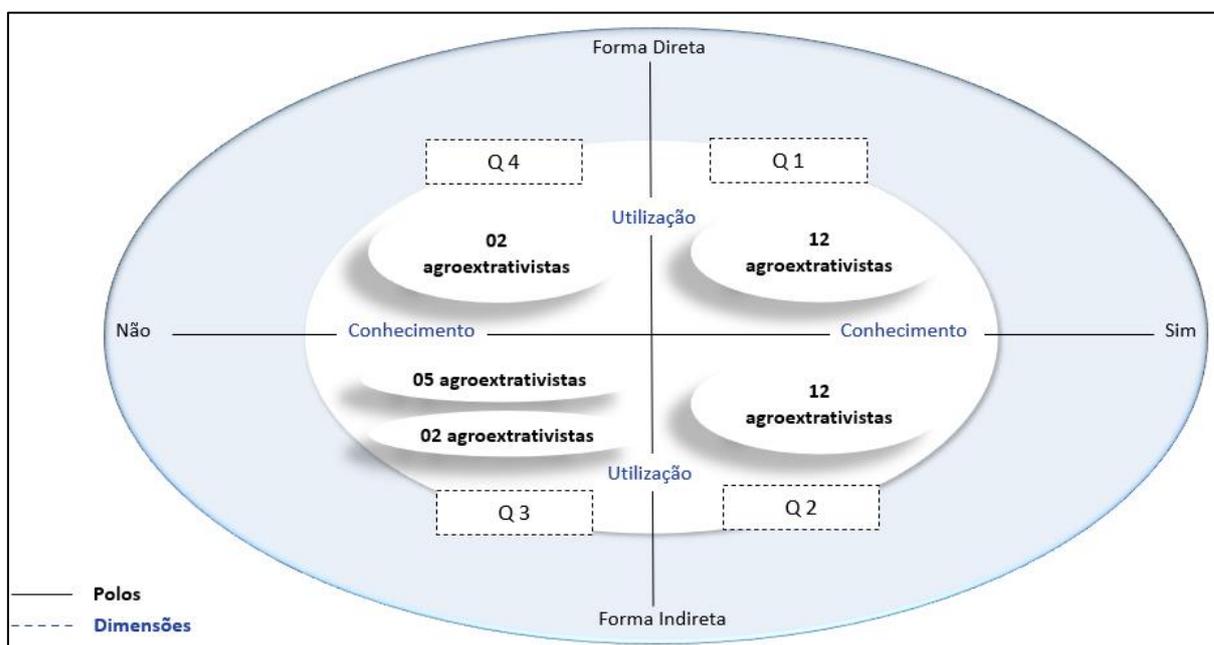
Na coleta de dados dos dezenove agroextrativistas entrevistados, apenas doze declaram saber o que de fato é uma política pública. A exemplo dos 12 entrevistados que declararam conhecer o que são políticas públicas. O restante, isto é, sete, informaram não saber o que é uma política pública, sendo que todos os entrevistados fazem uso das políticas públicas mesmo que indiretamente.

É o caso dos agroextrativistas Pedro da Silva e João de Souza (nomes fictícios) que afirmaram nunca ter solicitado recurso do governo federal através das políticas públicas. Estes entrevistados expressaram que sua área de plantação não tem a necessidade de utilizar tais recursos para melhorias. Esses entrevistados associam a compreensão de política aos programas de transferência de renda e de financiamento de infraestrutura por meio de políticas, como a do

PRONAF. Isto apenas reforça a necessidade de um diálogo por parte dos dois entrevistados a respeito do conceito de políticas públicas.

Para os doze agroextrativistas que conhecem as políticas, expressam que já fizeram e fazem uso, portanto é bastante importante na vida deles, pois ajudam a melhorar ou tentar minimizar os problemas que estão enfrentando. Eles se sentem incluídos e assistidos pelas políticas públicas, pois ajudam desde o seu plantio até a hora da venda dos produtos. Com ajuda do governo, os agroextrativistas tentam melhorar as suas terras fazendo um plantio adequado e uma colheita eficiente. Essas conclusões estão apresentadas na figura 1.

Figura 01 – Conhecimentos e utilização dos agroextrativistas sobre políticas públicas



Fonte: elaboração do autor.

Para a leitura da figura 01, é relevante entender o significado de duas dimensões: Conhecimento e Utilização. São termos diferentes e não podem ser confundidos entre si. O termo conhecimento é utilizado nesta pesquisa para definir a capacidade de o agroextrativista explicar, reconhecer, identificar, citar exemplos de políticas públicas; diz respeito ao que são políticas públicas em termos conceituais e práticos para o agroextrativista.

A dimensão ‘Conhecimento’ está dividida em dois polos ‘Sim’ e ‘Não’. Nesta pesquisa, os entrevistados foram questionados sobre o seu conhecimento em relação ao termo “políticas públicas”. As respostas foram dispostas na figura 01, conforme estes dois polos da dimensão ‘Conhecimento’.

O termo “utilização” é empregado neste estudo para designar a relação e as formas de interação que os agroextrativistas desempenham com as políticas públicas. A dimensão

‘Utilização’ está definida em dois polos: ‘Forma direta’ e ‘Forma indireta’. Uma utilização na forma direta ocorre quando o agroextrativista tem uma relação material com os atores políticos, por exemplo, com a assinatura de um contrato. Isto acontece quando o agroextrativista assina um contrato de financiamento por meio do PRONAF, por exemplo. A utilização em forma direta exige, quase sempre, uma contrapartida objetiva por parte do beneficiário, como necessidade de prestação de contas.

Já a utilização em forma indireta é caracterizada por meio das políticas que estão presentes na vida dos entrevistados, mas não houve uma interação ou uma provocação deles para ter acesso à política. Em outras palavras, a política está à disposição, o indivíduo a acessa, contudo, não é preciso agir para isto, como os serviços de saúde, educação, uso de estradas.

A figura 01 pode ser assim compreendida: i) quadrante 1 – Q1: posiciona os agroextrativistas que afirmaram conhecer políticas públicas e que fazem uso de alguma política de forma direta, como PRONAF e PAA; ii) quadrante 2 – Q2: definem os entrevistados que afirmaram que conhecem políticas públicas e as utilizam de modo indireto; iii) quadrante 3 – Q3: representam os indivíduos que afirmaram não conhecer políticas públicas, mas que as utilizam ainda de maneira indireta; e, por fim, iv) quadrante 4 – Q4: constituem os entrevistados que não conhecem políticas públicas, mas as utilizam de forma direta.

Percebe-se que a totalidade dos entrevistados, isto é, 19 indivíduos, se situam nos quadrantes 1, 2, 3 e 4. Isto advém, porque em um país como o Brasil, o contato com políticas públicas acontece de modo geral por parte da população como um todo, o uso de uma rua ou estrada já caracteriza uma forma de utilização de políticas, pois há atuação de algum ator político para a construção e manutenção destas vias.

No Q4, nota-se que há 2 agroextrativistas, portanto, o quadrante menos expressivo. O Q4 revela que o entrevistado faz uso de uma política de modo direto, mas não sabe o que são políticas públicas. Em contrapartida, no Q1 há um maior número, isto é, 12 agroextrativistas que declaram fazer uso de políticas diretas e afirmam saber o que são políticas públicas. Fica evidente que quando a política está próxima do agroextrativista, até mesmo a definição e o seu conceito ficam mais claros para o indivíduo.

Mesmo alguns agroextrativistas fazendo uso das políticas públicas, há indivíduos que desconhecem a aplicação delas (Q3 e Q4), expressando que não são assistidos, que o poder público está ausente, começando pela falta de saneamento básico e pelas ruas precárias e caóticas, tendo muitas dificuldades principalmente no inverno, época do ano mais importante para os agroextrativistas, pois é quando começa a colheita dos produtos, os PFNMs. Expressaram que a saúde é um fator bem crítico também, pois nunca tem especialistas

adequados no posto de saúde, isso faz com que muitos precisem ir até a capital da cidade, isto é, Porto Velho-RO, percorrendo mais de 340 km.

Para os agroextrativistas que compõem o Q1 e Q2, afirmaram conhecer políticas públicas, em que a atuação deve servir para resolver este tipo de problemas, isto é, questões ligadas à logística, estradas e à saúde. Por conta de todos esses problemas enfrentados pelos agroextrativistas do Q3, eles concluem que estão desassistidos por parte dos atores políticos.

Conclui-se que todos os entrevistados, como dito anteriormente, fazem uso das políticas mesmo indiretamente, conforme se constatou na dimensão 'Utilização' (Q1 e Q2), exposta na figura 01. Do mesmo modo que ao se utilizar o serviço público, há certo benefício de políticas públicas de qualquer forma, por exemplo, ao fazer uso das ruas, parques públicos, praças, habitação cedida pelo governo e até mesmo o descarte de lixo.

Por esta razão, para a existência de políticas públicas de acesso aos PFNMs eficientes é fundamental que os agroextrativistas se aproximem do processo de elaboração de políticas públicas. Uma alternativa para este estímulo será discutida da seção seguinte.

4. DISCUSSÃO

As políticas públicas precisam ter, em alguma medida, a participação do público-alvo. Constatou-se nos resultados da pesquisa que quando os agroextrativistas faziam uso de políticas públicas de modo direto a percepção sobre o conceito ampliava-se e, à medida que os agroextrativistas se distanciavam do tema por meio do acesso a políticas públicas indiretas, a percepção sobre o que são políticas públicas se tornava nebulosa. Para Dye (1984) as políticas públicas são elaboradas com o envolvimento do Estado e da sociedade. Entretanto, ficou evidente que os agroextrativistas entrevistados não participaram da elaboração das políticas que emergiram nos dados de campo.

Nesta perspectiva, embora em termos de prática política o Estado não pertença a nenhuma classe social, muito menos é um sujeito capaz de controlar as várias classes (Easton, 1981, p. 308), as políticas em discussão foram construídas por *policy makers* à revelia dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. O argumento central nesta análise não é afirmar que os agentes governamentais deveriam, obrigatoriamente, envolver os sujeitos, mas, tão somente, defender que a maior participação e interação destes com políticas públicas aumenta as percepções individuais sobre a definição do tema. Na pesquisa de campo verificou-se os seguintes relatos sobre o conceito de políticas públicas:

Não! Não sei o que é política pública (João da Silva).

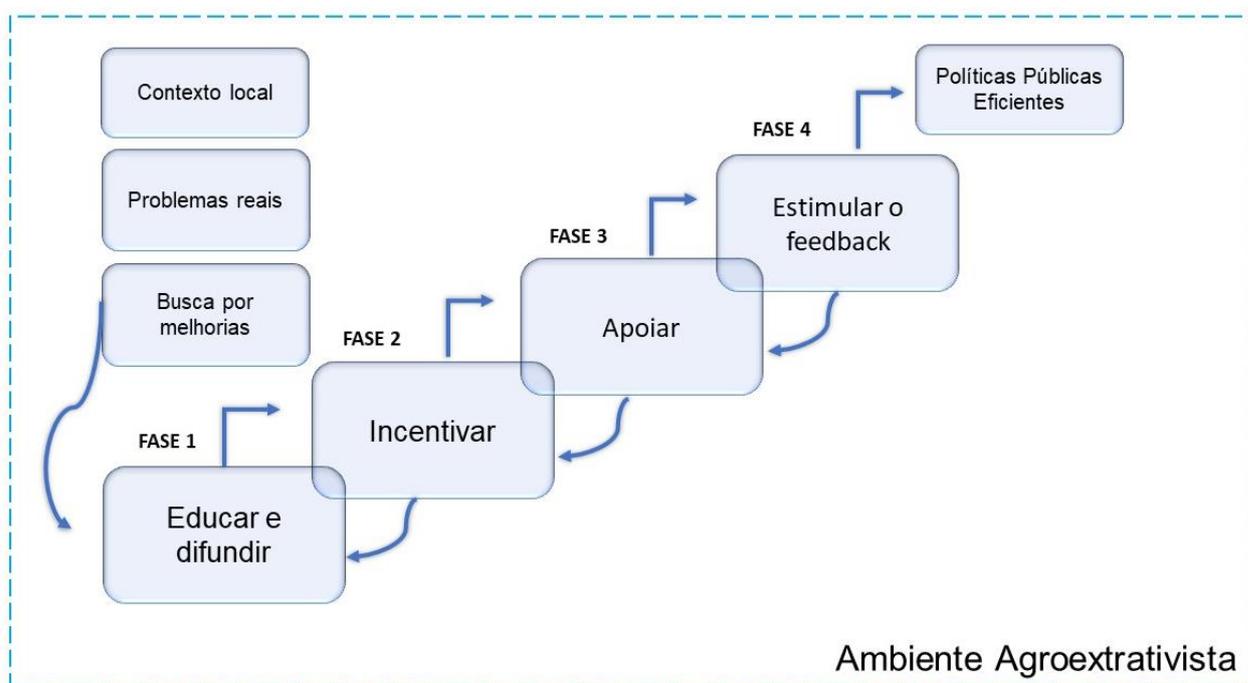
São ações ou serviços que o governo faz para benefício e acesso de todos (Edson).

Às vezes tem muito falatório e não fazem nada; aqui tem política, mas não se envolve muito [...] também as pessoas não se envolvem muito com política pública (Miranda).

Não [tem política pública], só aparecem para pedir voto e nada mais [...]. Na saúde até que somos assistidos, também é só. As outros, nem todos são atendidos (Silvano).

Pelos relatos dos entrevistados, fica evidente que a percepção do termo política pública difere a depender do entrevistado. Entretanto, essa compreensão difere dos conceitos e do propósito da definição do termo. O público-alvo de uma política pode contribuir para a efetividade de sua aplicação, desde que esteja envolvido com a mesma. Deste modo, desenvolveu-se, conforme, figura 2, propostas de ações com vistas a alcançar políticas públicas mais eficientes.

Figura 02 – Eficiência nas Políticas Públicas de acesso aos PFNMs



Fonte: elaboração do autor.

Uma compressão da figura 02 pode basear-se na seguinte análise. A motivação primordial, das políticas públicas de acesso aos PFNMs, precisa ser a busca por melhores condições de produção, sob a perspectiva funcional de Mastrodi e Ifangir (2019). Esta motivação inicial e a eficiência destas políticas existem nas 4 fases. Na fase 1, busca-se educar os agroextrativistas, a fim de levá-los à compreensão do conceito de políticas públicas, ampliando os seus conhecimentos. Conforme pesquisa de campo 63,15% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto.

Nesta fase é preciso estimular a participação, o engajamento e a interação não somente entre os sujeitos envolvidos, mas envolver as instituições formais existentes, como associações

e cooperativas (ver SILVA-JEAN *et al.*, 2022; PAES-DE-SOUZA *et al.*, 2011). As melhorias destes conhecimentos se fundamentam tanto em ampliar a educação formal, quanto a educação informal de modo a capacitá-los a entender o papel das políticas públicas na produção, na vida social e organizacional dos indivíduos. Esta capacitação precisa incluir habilidades de negociação para prover meios que permitam aos sujeitos questionar buscando dissensos e consensos.

Na fase 2, é preciso um incentivo a esses indivíduos não só para buscarem pelas políticas públicas já disponíveis, mas para questionar a efetividade daquelas que já existem e para propor soluções baseadas na sua prática diária, na sua rotina de trabalho e produção. Em pesquisa realizada por Silva-Jean *et al.* (2022) a PGMBio apresenta fragilidades em relação à forma de composição dos custos dos PFNMs. Estes apontamentos podem ser identificados e discutidos pelos próprios agroextrativistas e dar voz a estes sujeitos.

Na fase 3, é preciso um trabalho simultâneo de apoio. Isto ocorre porque os indivíduos já foram motivados a se interessar pelo uso e pelo tema de políticas públicas de fato, na fase 2, o que se tornou fulcral a apoiá-los para continuarem se informando e tendo condições de operacionalização.

Na fase 4, busca-se o estímulo ao feedback da política, como uma fase de relevância no sentido de ser um momento em que os agroextrativistas exerceriam uma análise crítica sobre a política implementada ou em elaboração, opinando sobre aspectos ligados à política. Por fim, conforme indicou-se na figura 2, faz-se necessário um retorno à fase 1 repetindo todo o processo em um movimento circular.

Os resultados da pesquisa indicaram que as políticas públicas mais citadas pelos agroextrativistas foram: o Pronaf, PAA, PGMPBio, PNAE e PPCDAm. Vale frisar que as demais políticas também são importantes, entretanto, estas destacaram-se por serem as mais relatadas e usadas pelos entrevistados. Políticas fundamentais para o sustento da família, pois contribuem para a melhoria no plantio, produção e colheita dos produtos, às vezes, até no repasse dos preços dos produtos ao consumidor final. Estas políticas que emergiram nas pesquisas de campo podem ser vislumbradas conforme as fases sugeridas na figura 2 com o propósito de buscar eficiência em políticas de acesso aos PFNMs.

Em síntese, fica evidente que os entrevistados utilizam em maior proporção, políticas ligadas ao financiamento da produção (PRONAF), venda (PAA) e para garantir um preço mínimo mais competitivo (PGPMbio).

A respeito dos órgãos que estão presentes na vida dos agroextrativistas, as análises dos dados permitiram verificar que há um destaque para o IBAMA, auxiliando no manejo da

floresta de forma consciente para que não ocorra nenhum desmatamento ou degradação da vegetação, embora alguns agroextrativistas tenham uma visão de que o IBAMA é muito regulamentador, tendo um papel muito coercitivo – ver relato de Altemir: ‘O IBAMA trabalha muito com multas, às vezes destroem maquinários dos madeireiros’.

Apesar disto, os agroextrativistas precisam obedecer às regras ditas. Contudo, os entrevistados compartilham da mesma visão do IBAMA: a necessidade de manter a floresta em pé. A sugestão é que o IBAMA assuma um papel que esteja além de atitudes coercitivas, mais especificamente, que adote uma postura mais educativa.

Por fim, as ações propostas nesta seção, estão distribuídas em 4 fases, entretanto, o propósito essencial é pensar estratégias para inserir os agroextrativistas nas superestruturas jurídico-políticas a fim de permiti-los participar da arena dos fazedores de políticas públicas, onde acontecem os diálogos e se define as interações entre as classes (AVENI, 2021).

6 CONCLUSÕES

Ao retratar as atividades agroextrativistas, constatou-se que se trata de uma prática muito exigente do ponto de vista da demanda por empenho e dedicação dos trabalhadores, logo, nota-se que desde o plantio até a colheita dos produtos florestais não madeiráveis- PFNMs é requerida muita força física e movimentos reiterativos. Além de todo o esforço, os agroextrativistas também correm riscos naturais do ambiente, se agravando ainda mais no período chuvoso, prejudicando o deslocamento e a retirada dos produtos da floresta.

As políticas públicas mais citadas entre os agroextrativistas foram o PRONAF, política que está voltada ao custeio de crédito agrícola para as despesas da agricultura familiar. Outra política que os entrevistados também citaram foi o PAA, uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. De forma semelhante ao PRONAF, o PAA é uma política de utilização na forma direta, pois também exige uma provocação por parte do beneficiário que precisa buscar o acesso à política.

Vale ressaltar ainda a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Socio biodiversidade PGPMBio, que repassa para o agroextrativista uma subvenção quando é comprovada a venda de PFNMs por um valor inferior ao preço mínimo estipulado pelo governo federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. A PGPMBio é uma política de utilização direta que exige do agroextrativista algumas tarefas para ter acesso ao recurso,

apontados como: a comprovação da venda e do preço cobrado pelo produto. Toda a subvenção é conduzida pela CONAB.

Alguns agroextrativistas entendem que as políticas são como uma ajuda que o governo proporciona, para que eles possam melhorar e até mesmo suprir necessidades existentes no dia a dia. Portanto, pode-se observar que foram identificadas as políticas públicas mais utilizadas pelos agroextrativistas, em que mais da metade utilizam e fazem uso delas, tentando minimizar os problemas existentes e melhorar a sua produção e qualidade de vida de toda a família.

A partir das análises de políticas públicas, verificou-se que algumas políticas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal- PPCDAm foi criada com o objetivo de preservação da biodiversidade. Notou-se que, embora os agroextrativistas sintam pressão por parte do IBAMA na condução desta política, os produtores são gratos pelo governo e pela iniciativa, pois sem a floresta não haveria os PFNMs, uma representativa fonte de renda para a comunidade estudada.

Este reconhecimento apontado nos relatos dos entrevistados é compreensível, pois a única fonte de renda que os agroextrativistas possuem são os produtos retirados da floresta. Tal colheita acontece de forma muito dificultosa. Esse trabalho está cada vez mais escasso, pois boa parte dos filhos dos agroextrativistas não pretendem seguir a mesma profissão do pai e acabam deixando seu lar em busca de novos desafios.

Como recomendação de pesquisas futuras, sugere-se um trabalho com outros agroextrativistas de diferentes localidades para confrontar as diferentes realidades. Espera-se que esta pesquisa possa possibilitar novos caminhos para os agroextrativistas no Estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C.; GROSSI, M. D.; OLIVEIRA, L.; G. ÁVILA, M. L. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun., 2019.

ALLEGRETTI, M. Política para o uso dos recursos naturais renováveis: A região amazônica e as atividades extrativas. In: CLUSENER-GODT, M.; SACHS, I. (Ed.). **Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Montevideo: UNESCO, p. 14-34, 1996.

ARAÚJO, D. B.; GÓES, L. M.; MIRANDA JÚNIOR, M. M. F. (2021). Um diálogo conceitual sobre Políticas Públicas: revisão de literatura Práticas Educativas. **Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e316339, 2021.

- AVENI, A.; ALVES, J. L.; FILHO, L. C. P. Resenha dos textos “políticas públicas – conceitos e práticas” e “políticas públicas – uma revisão da literatura”. **Revista Processus Multidisciplinar**, Brasília-DF, v. 2, n. 4, p. 373-390, 2021.
- BARBOSA, C. S.; SILVA-JEAN, M da; LUZ, J. P.; LEANDRO, G.; BOHN, D. Processo produtivo do PFM Pinhão das Araucárias: o caso do extrativista JDZ no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho-RO, v.12, n.1, p. 4-17, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa. ed. 70, 2010.
- BENTO, G. P.; SCHMITT FILHO, A. L.; FAITA, M. R. Silvopastoral systems in Brazil: a systematic review. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista – SP, v. 10, n. 9, p. 1-25, 2020.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRITES, A. D.; MORSELLO, C. Efeitos ecológicos da exploração de produtos florestais não madeireiros: uma revisão sistemática. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, v. 36, n. 4, p. 55-72, 2016.
- CAMARGO, E. P. de. A pesquisa em Política Educacional na perspectiva do materialismo histórico-dialético – revisão de literatura. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 3, p. 1–21, 2018.
- CORREA JÚNIOR, A. J. S.; SOUZA, T. C. F.; SILVA, M. J. R. B.; SANTANA, M. E. SONOBE, H. M. Configuração sócio-identitária para a prática avançada e contestação social da enfermagem: revisão teórica. *Revista Atenas Higeia*, Passos-MG, v. 4, n. 1, p. 19-32, 2022.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 205-208, 2010.
- DE BEER, J. H.; MCDERMOTT, M. J. **Economic value of non-timber forest products in south-east Asia**. 1. ed. Amsterdam: IUCN e WWF, 1989.
- DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. 1º ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.
- EASTON, D. **The political system besieged by the state**. *Political Theory*, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 303-325, 1981.
- ELIAS, G. A.; SANTOS, R. Produtos florestais não madeireiros e valor potencial de exploração sustentável da floresta atlântica no sul de Santa Catarina. **Ciência Florestal**, Santa Maria-RS, v. 26, n. 1, p. 249-262, 2016.
- ELKINGTON, J. Governance for Sustainability. **Journal compilation**, [S. l.], v. 14, n. 6, p. 519-597, 2006.
- ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. [S. l.], **Holos**, v. 3, p. 168-185, 2018.
- FIEDLER, N. C.; SOARES, T. S.; SILVA, G. F. Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, [S. l.] v. 10, n. 2, p. 263-278, 2008.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, p. 405, 2009.

- FONSECA, V.; FILHO, E. B. Políticas públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, [S. l.], v. 8, p. 5-8, 2019.
- FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, p. 374, 2016.
- FREITAS, J. Políticas públicas e controle judicial de prioridades constitucionais. **Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4. Região**, Porto Alegre-RS, v. 1, n. 1. p. 141-157, 2017.
- GIATTI, O. F.; MARIOSA, P. H.; ALFAIA, S. S.; SILVA, S. C. P.; PEREIRA, H. S. Potencial socioeconômico de produtos florestais não madeireiros na reserva de desenvolvimento sustentável do Uatumã, Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 59, n. 3, p. 1-19, 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, M. F.; FERREIRA, L. J. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e desenvolvimento**. João Pessoa. p. 155-178, 2018.
- GONÇALVES, J. R.; COSTA, D.; GONÇALVES, J. C. Algumas considerações sobre o conceito de políticas públicas: o que o estado lucra com as políticas públicas. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. [S. l.] v. 3, n. 7, p. 60-71, 2020.
- LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. 1 ed. Cleveland, Meridian Books, 1936.
- LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. 1 ed. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.
- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. 1 ed. Santa Monica Calif.: Goodyear, 1980.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 57-114, 1967.
- MARTINOT, J. F.; PEREIRA, H. D. S.; E SILVA, S. C. P. D. Coletar ou Cultivar: As escolhas dos produtores de açaí-da-mata (*Euterpe precatoria*) do Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.] v. 55, n.4, p. 751-766, 2017.
- MARX, K. **Oeuvres. Économie. Edition établie**, Paris: Gallimard, p. 480, 1965.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante, 1982.
- MASTRODI, J.; IFANGIR, F. C. A. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direitos Brasileiro**. Florianópolis-SC. v. 24. n. 9. p. 05-18, 2019.
- MAURO, R. A.; CINTRÃO, J. F. F.; MELHEN, J. E.; OLIVEIRA, A. O. Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas: perspectivas e desafios da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. [S. l.], v. 7, n. 3, 2018.
- MELLO, O. A. B. de. **Natureza Jurídica da Concessão de Serviço Público**: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, São Paulo-SP, v. 4, n. 12, p. 403-442, 2020.
- PAES-DE-SOUZA, M.; SILVA, T. N.; PEDROZO, E. Á.; SOUZA-FILHO, T. A. S. O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA**, v. 3, n. 2, p. 44-57, 2011.

- PAWLOWSKI, A.; KUZEY, C. A.; CAMARGO, J. A. R.; BASTOS, K. P. **Produtos florestais não madeireiros: tecnologia, mercado, pesquisas e atualidades**. 1. ed., [S. l.] Editora Científica Digital, 2021.
- PEDROZO, E. Á. SILVA, T. N.; SATO, S. A. S.; OLIVEIRA, N. D. A. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA**, v. 3, n. 2, p. 88-112, 2011.
- PETERS, B. G. **American Public Policy**. 1. ed. N.J.: Chatham House, p. 297-321, 1986.
- POULANTZAS, N. **Political power and social classes**. 1. ed. London: New Left Books, p. 123, 1968.
- POULANTZAS, N. **Pouvoir politique et classes sociales**. François Maspero/La découverte, Paris, France, p. 153, 1972.
- RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Rev. Cien. Soc.**, v. Montevideo, v. 31 n. 42, p. 107-126, 2018.
- RODRIGUES, M. I.; SOUZA, N. A.; JOAQUIM, M. S.; JÚNIOR, I. M. M. L.; PEREIRA, R.S. Concessão florestal na Amazônia brasileira. **Ciênc. Florest**, Santa Maria-RS, v. 30, n. 4, p. 1299-1308, 2020.
- SANTOS, A. J.; HILDEBRAND, E.; PACHECO, C. H. P.; PIRES, P. T. L.; ROCHADELLI, R. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 126, 1994.
- SANTOS, A. J.; HILDEBRAND, E.; PACHECO, C. H. P.; PIRES, P. T. L.; ROCHADELLI, R. Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. **Floresta**, Curitiba-PR, v. 33, n. 2, p. 215-224, 2003.
- SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista de Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.
- SHACKLETON, C. M.; PANDEY, A. K. Positioning non-timber forest products on the development agenda. **Forest Policy and Economics**, [S. l.], v. 38, s/n, p. 1-7, 2014.
- SILVA-JEAN, M.; PAES-DE-SOUZA, MARILUCE.; SOUZA-FILHO, T. A.S.; RIVA, F. R.; BORBOSA, C. SILVA. Public policies of guarantee for minimum prices on products of sociobiodiversity (PGPMBio): composition of the extraction cost of Amazonian chestnut in Rondônia and Acre. **Revista De Administração Da UFSM**, Santa Maria-RS, v. 15, n. 1, p. 62-82, 2022.
- SILVA-JEAN, M.; PAES-DE-SOUZA, M.; SOUZA-FILHO, T. A.S.; SILVA, R. M. P. Custos e preços da castanha-da-amazônia nos Estados do Acre e Rondônia. **Custos e @gronegocio on line**, Ibirimir/PE, v. 13, n. 2, p. 421-447, 2017.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, F. da C.; MORAES, N. R. de. Estado de bem-estar social: uma revisão de literatura. **Revista Observatório**, v. 5, n. 5, p. 906-936, 2019.
- SOUZA-FILHO, T. A.; PEDROSO, E. A; PAES-DE-SOUZA, M. Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 3, n. 2, 2011.

TELES, I. M. S. C.; LIMA, M.C. R. Gestão da política pública de assistência social: uma revisão bibliográfica em relação à vulnerabilidade social. **Id. Online Revista de psicologia**, [S. l.], v. 13, n. 44, p. 1016-1024, 2019.

VEIGAS, E. R. D.; SATANA, C. F. P. A.; NODA, C. M. C. O conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43415-43425, 2020.

ZULPO, M.; MORAES, A. B.; TEDESCO, C. D. Universidades e as dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental, uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 4, p. 406-415, 2020.